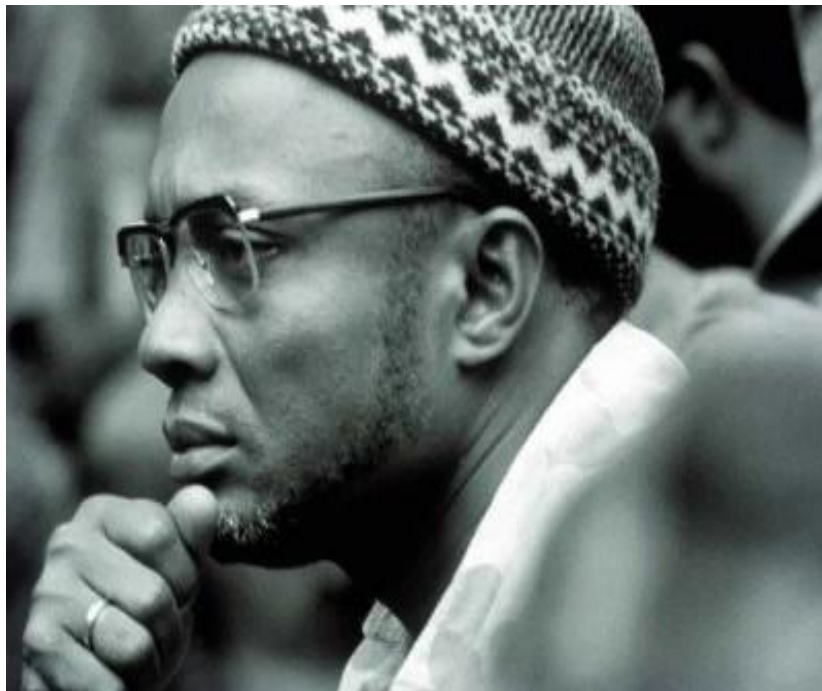


COLUNA

AMEFRICANIDADES – APONTAMENTOS SOBRE O ATLÂNTICO NEGRO

Maria do Carmo Rebouças dos Santos

Amílcar Cabral: o pedagogo político-cultural das lutas anticoloniais africanas



INTRODUÇÃO

Mario de Andrade, combatente contra o colonialismo português em Angola, primeiro biógrafo político de Amílcar Cabral e seu companheiro de luta, vai nos lembrar que na trágica história da África revolucionária, em meio a uma débil memória de grandes revolucionários, três figuras ganham indubitável destaque: Kwame Nkrumah, o visionário que liderou a independência de Gana; Patrice Lumumba, o mártir, assassinado enquanto lutava pela independência do Congo; e Amílcar Cabral, o unificador, o líder político da teoria e da ação que conduziu a luta pela independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde (ANDRADE, 2008).

No 47^a ano de sua morte, na coluna **Amefricanidades – Apontamentos sobre o Atlântico Negro**, pretendo desvelar uma pequena

parte do pensamento e da ação política do principal idealizador de uma das mais bem sucedidas lutas pela independência colonial do século XX no Continente africano – Amílcar Cabral e demonstrar a potência e a contemporaneidade de suas ideias como um marco fundante das lutas contemporâneas contra o neocolonialismo e o racismo.

AMÍLCAR CABRAL – VIDA E MORTE NA LUTA PELA LIBERTAÇÃO COLONIAL



Documentos Amílcar Cabral

Amílcar Cabral nasceu em Bafatá, na Guiné-Bissau, onde viveu até os nove anos de idade. Filho de pais cabo-verdianos, Cabral mudou-se com a família para Cabo Verde, onde viveu toda a sua juventude.

Seu país de origem, Guiné-Bissau foi colonizada por portugueses que chegaram em 1446, mas sua presença por muito tempo teve como objetivo a exploração comercial de africanos escravizados. A fase de dominação colonial começa em 1900, período em que o domínio português será afirmado em todo o território e sobre toda a população. Essa fase se intensifica na década de 1920 e termina com a independência.

Para situá-los, a Guiné-Bissau é um país localizado na costa ocidental do continente africano. O país possuía na segunda metade do século XX uma população de aproximadamente 800 mil habitantes formada por uma grande diversidade étnica expressa em quase três dezenas de grupos étnicos muito heterogêneos, com culturas e línguas próprias. Cabo Verde é uma ilha situada na Costa ocidental africana que foi utilizada pelos portugueses como colônia de povoamento e entreposto de africanos escravizados, inclusive os bissau-guineenses.

Desde jovem Cabral já afirmava sua ruptura com a política assimilacionista praticada pelo governo colonial português e se integrou nas discussões políticas e culturais contemporâneas da sua época de estudos. Escreveu para revistas e colaborou com programas de rádio.

Era um poeta e como tal também ficou conhecido na pequena ilha africana. Para Cabral, não obstante o seu caráter individual, a poesia era produto do complexo social onde foi engendrada. Para ele, a poesia era manifestação do nacionalismo resistente à colonização.

Já na idade adulta, em 1945, com grande dificuldade conseguiu uma bolsa de estudos e seguiu para Portugal. Seu plano era tornar-se engenheiro

agrônomo. Cabral desembarca em uma Europa em meio aos escombros da Segunda Guerra Mundial contra o nazismo e passa a viver em Portugal, país que além de colonizador, impunha ao seu próprio povo um regime autoritário e fascista.

Em Lisboa, com um grupo de estudantes egressos das colônias portuguesas, revitalizou a Casa D'África e a Casa dos Estudantes do Império. Juntos criaram o Centro de Estudos Africanos e o programa de *reafricanização dos espíritos* que futuramente vai influenciar a constituição de organismos políticos em várias colônias.

O quadro de politização da *Geração Cabral*¹ se constitui em um contexto de descobertas culturais. O pensamento de Cabral foi fortemente influenciado pelo despertar da consciência negra, representada pelo movimento cultural da *negritude*, pelo movimento pan-africanista e pelos movimentos nacionalistas representados por figuras como Leopold Sedar Senghor, Aimée Cesaire, Kwame Nkrumah, pelo escritor e revolucionário Frantz Fanon, por Patrice Lumumba, Gamal Nasser, Che Guevara, general Vo Nguyen Giap, dentre outros.

Terminando seus estudos, em 1952, Cabral regressa a Bissau para assumir o cargo de diretor adjunto de serviços agrícolas e florestais, por meio do qual realizou o recenseamento agrícola da Guiné-Bissau, o que lhe permitiu viajar por todo o país, conhecer a realidade colonial bissau-guineense e iniciar o processo de mobilização anticolonial pela independência. Nesse período, ele cria o Clube Desportivo e Cultural, ambiente que fecundou a mobilização e recrutamento de seguidores para a luta anticolonial. Em 1956, ele e mais cinco militantes fundam em Bissau o Partido Africano da Independência (PAI), que quatro anos mais tarde se tornaria o Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) (MENDY, 2012; TOMÁS, 2007).

Em 1959, logo após a greve geral e o massacre de mais de cinquenta estivadores guineenses pela polícia portuguesa,² Cabral retorna a Bissau e preside a reunião do PAIGC que decide pela mobilização das massas camponesas contra o colonialismo.

¹ Termo cunhado por Mario de Andrade. Ver em Tomás (2007)

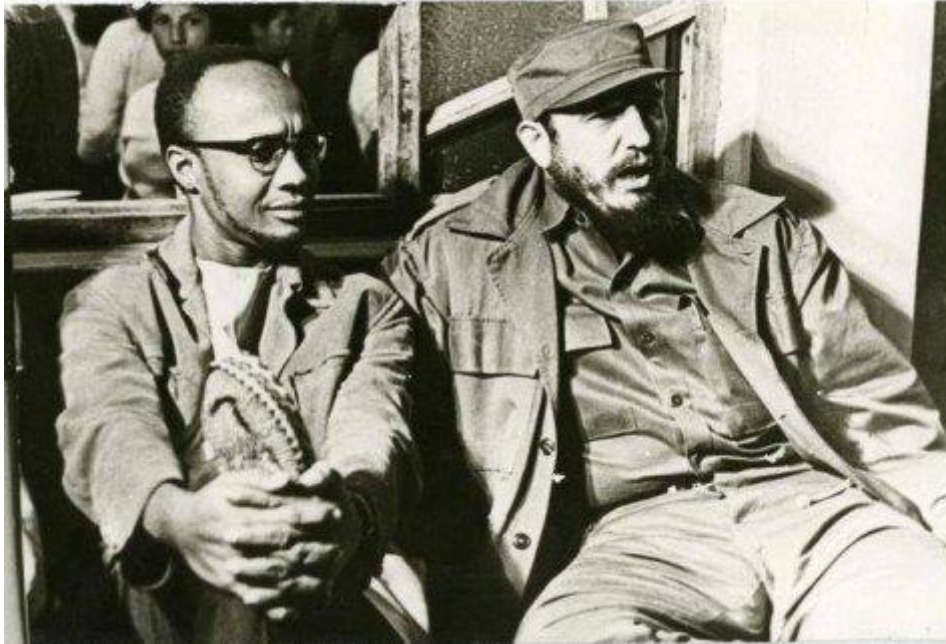
² Em 3 de agosto de 1959 estivadores e marinheiros mercantes iniciaram uma greve por melhores salários e condições de trabalho. A repressão colonial à greve resultou no assassinato de aproximadamente 50 grevistas e em dezenas de feridos (MENDY, 2012, p. 27).



Massacre de Pindjiguiti em 03 de agosto de 1959. Marinheiros, estivadores e trabalhadores das docas foram violentamente reprimidos por funcionários coloniais, polícia e militares, e alguns civis, repressão esta que viria a resultar em cinquenta mortos e cerca de uma centena de feridos.

Em seguida a um longo processo de mobilização e treinamento ocorridos em Guiné, China e União Soviética, em 1963 é desencadeada a luta armada para a libertação da Guiné-Bissau do colonialismo português. Os princípios e normas revolucionárias que orientarão toda a luta serão consolidados em 1965 por Cabral, no que virá a ser reconhecido como o mais importante documento do PAIGC, intitulado “As palavras de ordem”.

Como estratégia para vencer o colonialismo, Cabral atuou também no campo diplomático e na seara internacional. O rompimento do que ele denominava “os muros do silêncio” sobre a dominação portuguesa, fomentou a realização de uma estratégia de internacionalização da luta anticolonial que fez com que Cabral denunciasse o colonialismo em diversos fóruns internacionais. Seus pronunciamentos nesses espaços contribuíram para a disseminação da sua visão política, prática e teórica sobre as lutas de libertação daquele período, assim como para angariar apoio político.



Amílcar Cabral e Fidel Castro

A guerra contra o colonialismo português durou 11 anos. Em todo o processo de luta Cabral logrou articular não somente o apoio político de países de dentro e fora do continente e organizações africanas, mas também o apoio político e a ajuda financeira, humanitária e militar de países do bloco socialista, como União Soviética, China, Cuba, República Democrática Alemã, Bulgária, Iugoslávia, materializados em ajuda nas áreas de educação, saúde, alimentação, equipamentos e bolsas de estudos.

Durante a guerra, o PAIGC alcançou libertar dois terços do território e criar as chamadas Frentes de Libertação, um dos projetos mais ambiciosos de Cabral. As Frentes de Libertação eram verdadeiras repúblicas dentro da Guiné-Bissau, organizadas em termos de justiça, saúde, educação e com participação das comunidades locais. Nas Frentes Libertadas o Partido organizou a sua própria administração, construiu escolas, hospitais e centros de saúde, criou Cortes de Justiça Popular e sistemas de troca comercial (TOMÁS, 2007).

De acordo com Lars Rudebeck, depois da concretização da independência Cabral intencionava implantar um sistema com poder político e econômico ancorado nas assembleias populares descentralizadas, o que Cabral chamou de “democracia cooperativa”. A ideia-força seria “a institucionalização de estruturas que ligam o povo e os líderes de tal modo que a participação popular e o controle de seus líderes sejam facilitados de todas as maneiras possíveis” (RUDEBECK, 2012, p. 140).

Contudo, Cabral não ficaria vivo para ver o resultado de suas estratégias de luta e declarar a independência de seu país.

Em 20 de janeiro de 1973, Amílcar Cabral é assassinado a tiros em Conacri, capital da Guiné, por antigos membros bissau-guineenses do PAIGC, expulsos do partido por seu envolvimento com corrupção e por traição, em uma trama idealizada pela Polícia Internacional de Defesa do

Estado (PIDE), a polícia de repressão portuguesa,³ mas também fomentada pela animosidade entre os bissau-guineenses e os cabo-verdianos e pela insatisfação de dirigentes partidários com o comando e liderança de Cabral (TOMÁS, 2007, p. 271; KOUDAWO, 2001, p. 202).

A morte de Cabral intensificou a luta de libertação e culminou na proclamação do Estado Nacional da Guiné-Bissau em 24 de setembro de 1973. A independência da Guiné-Bissau contribuiu significativamente para a queda do Estado Novo português e para o desmantelamento do colonialismo português na África (MENDY, 2012, p. 33; CABRAL, 2008; LOPES, 1982; TOMÁS, 2007).

O PAIGC colheu os frutos da estratégia de internacionalização da luta idealizada por Cabral, várias vezes incompreendida e criticada por seus companheiros de combate. Em menos de um mês da declaração unilateral, a independência havia sido oficialmente reconhecida por 54 países. Em novembro de 1973 a Guiné-Bissau foi admitida como membro pleno da Organização da Unidade Africana. A Assembleia Geral da ONU adotou resolução parabenizando a independência da Guiné-Bissau e condenando Portugal por continuar a ocupação ilegal de certos setores do país.

CABRAL, O PEDAGOGO POLÍTICO-CULTURAL DAS LUTAS ANTICOLONIAIS AFRICANAS



Cabral nos legou um rico e complexo trabalho teórico desenvolvido

³ Até hoje não há acordo entre historiadores e analistas da vida política da Guiné-Bissau sobre o mentor intelectual do crime. Há autores que apontam a PIDE ou o comandante Spínola. Outros apontam o presidente da Guiné, Sékou Touré, ou ainda conflitos internos entre os nacionalistas guineenses. Para saber mais sobre o assunto consultar Ignatiev (1975), Chabal (1983), Dhada (1995), Semedo (2016) e Lopes (2012).

nos momentos de formação e aprendizado político junto aos membros do PAIGC nas Frentes de Libertação durante a guerra, por meio de seus escritos e pronunciamentos em encontros e denúncias internacionais, em suas mensagens ao seu povo, suas aulas de formação e seus memorandos ao governo português.

Até hoje não há acordo entre historiadores e analistas da vida política da Guiné-Bissau sobre o mentor intelectual do crime. Há autores que apontam a PIDE ou o comandante Spínola. Outros apontam o presidente da Guiné, Sékou Touré, ou ainda conflitos internos entre os nacionalistas guineenses. Para saber mais sobre o assunto consultar Ignatiev (1975), Chabal (1983), Dhada (1995), Semedo (2016) e Lopes (2012).

Suas principais ideias podem ser encontradas em escritos como **As palavras de ordem, Fundamentos e objetivos da libertação nacional em relação com a estrutura social, O papel da cultura na luta pela independência, A arma da teoria, Fatos sobre a colonização portuguesa em África**, para citar alguns.



Sendo um pensador da práxis, comprometido com o pensamento crítico, para ele, o conhecimento só poderia ser legitimado epistemologicamente se tivesse origem na prática e politicamente se se tronasse instrumento de intervenção mais qualificada na mesma prática.

Em seu célebre discurso de 1966, em seu pronunciamento intitulado *A arma da teoria* realizado em Havana por ocasião da comemoração do aniversário da Revolução Cubana e participação na Conferência Tricontinental que criou a Organização de Solidariedade dos Povos da Ásia, África e América Latina, Cabral nos ensina que se é verdade que uma revolução pode falhar, mesmo que seja nutrida por teorias perfeitamente concebidas, ainda ninguém praticou vitoriosamente uma Revolução sem teoria revolucionária. Para ele “toda prática fecundava uma teoria” (CABRAL, 2008, p. 154).

Essa abordagem conceitual da luta nacional pode ser mais bem traduzida em um aforismo utilizado por Cabral: “pensar para atuar e atuar para pensar melhor” (LOPES, 2012b, p. 191).

Basil Davidson vai nos dizer que os escritos de Cabral são marcados por duas características: sua lógica de conjunto: o que ele escreveu para uso e consumo externo era exatamente o que ele escrevia para os militantes que o seguiam (apesar da diferença de estilo e forma); a outra, o seu rigor, não era dado a retórica nem a verbalismo revolucionário (DAVIDSON apud WICK, 2012).

Cabral falava com simplicidade sobre questões concretas, realizava formações em um centro de formação em Conacri e em seminários

realizados nas zonas de guerra.

Quase todos os seus escritos foram elaborados no mato, enquanto estava lutando.

Para ilustrar o pragmatismo e a pedagogia de Cabral, ele defendia que não se devia mobilizar as pessoas com base na luta contra o colonialismo porque apesar de viverem sob dominação colonial, este era um conceito demasiado abstrato. Ele argumentava que o povo não lutava por ideias, que o povo luta e aceita os sacrifícios exigidos pela luta, mas por vantagens materiais e concretas, isto é, para viver melhor e em paz. Nesse sentido, ele propunha que a adesão da população para a luta armada deveria ter por base problemas concretos.

Ele dizia: “Nunca mobilizamos as pessoas com base na luta contra o colonialismo. Isso não dava nada. Falar da luta contra o imperialismo não dava entre nós. Em vez disso, falávamos uma linguagem direta e acessível a todos (...) já pagaste os teus impostos? Quanto ganhas com o teu amendoim? Já pensaste o que lucras com o teu amendoim? E o trabalho que ele custou à tua família?” (CABRAL, 2008).

Cabral considerava a transformação cultural de seu povo como principal recurso de luta contra a opressão. As armas fornecidas pelo teórico da independência foram (i) reivindicar que o povo africano era o principal e único possível fator de resistência contra a ordem colonial (ii) e realizar um trabalho de educação político-cultural com o propósito de ajudar o povo africano a “entender o seu direito de possuir a própria história”.

Para ele, o aspecto principal da luta de libertação nacional era a luta pela descolonização das mentes contra os referenciais culturais e paradigmas do colonizador. Seria o que ele chamou de reafricanização dos espíritos, o que significava a busca de uma herança e identidade africana que precedia a chegada dos europeus à África – a herança negra (TOMÁS, 2007).

Para Cabral a colonialidade era a negação do direito de um povo de possuir a própria história. Nesse sentido, a força concreta de suas ideias se encontra na teoria do nascimento de um homem novo, uma mulher nova, ambos restituídos à sua própria história.

Em seu discurso em Havana, Cabral aponta para o caráter inovador das lutas de libertação, pela apreciação crítica das experiências alheias, que por mais que haja exemplos o movimento de libertação deve se referenciar na realidade histórica de cada povo que por sua vez

é influenciada pelo impacto da dominação imperialista e consequentemente definirá o conteúdo e a forma das lutas de libertação nacional.

Para Cabral (2008, p. 154):

A libertação nacional e a revolução social não são mercadorias de exportação. São e serão cada dia mais um produto de elaboração local – nacional – mais ou menos influenciável pela ação dos fatores externos (favoráveis e desfavoráveis), mas determinado e condicionado essencialmente pela realidade história de cada povo, e apenas assegurado pela vitória ou a resolução adequada das contradições internas de várias ordens que caracterizam essa realidade.

Em termos ideológicos, todos os estudiosos de Cabral assinalam o seu alinhamento com a doutrina marxista (TOMÁS, 2007; LOPES 2012a; RUDEBCK, 2012). Mas Cabral era antes de tudo um nacionalista, como a maioria dos líderes africanos de sua época. Para Cabral, “a nossa ideologia é o nacionalismo, obter a nossa independência total, e fazer tudo o que pudermos com as nossas próprias forças, mas cooperar com todos os outros povos a fim de levar adiante o desenvolvimento do nosso país” (CABRAL apud MENDY, 2012, p. 29). Para autores como Rabaka (2009), Cabral estava no panteão de outros pensadores negros africanos e da diáspora que prefiguraram uma teoria crítica africana.

Para Cabral, se o domínio colonial implicava opressão cultural, a libertação nacional era necessariamente um ato de cultura. Uma tese central do seu pensamento era o papel da cultura para contestar a hegemonia colonial:

“O valor da cultura como elemento de resistência ao domínio estrangeiro reside no facto de ela ser a manifestação vigorosa, no plano ideológico ou idealista, da realidade material e histórica da sociedade dominada ou a dominar. Fruto da história de um povo, a cultura determina simultaneamente a história pela influência positiva ou negativa que exerce sobre a evolução das relações entre o homem e o seu meio e entre os homens ou grupos humanos no seio de uma sociedade, assim como entre sociedades diferentes. A ignorância desse facto poderia explicar tanto o fracasso de diversas tentativas de domínio estrangeiro como o de alguns movimentos de libertação nacional” (CABRAL, 1970).

O ato de cultura seria, portanto, a afirmação do processo histórico, afirmação da cultura, negados pelo imperialismo como fator de dominação. A cultura em sua concepção era instrumento de controle e gestão de poder, mas também poderia ser um fator de resistência ao domínio estrangeiro.

Nesse sentido, a luta também seria um fator de cultura porque propiciaria mudança de comportamento, a prática da democracia, da crítica, da autocrítica, a participação da população na gestão da sua vida, formação que implicaria em um progresso cultural.

Contudo, a revolução era permanente, alertava ele, não terminava com a independência política nem econômica.

Uma das grandes preocupações de Cabral era o regresso da dominação colonialista desempenhada pelas elites nacionais africanas após a conquista da independência. Por esse motivo, alertava que, tanto no colonialismo como no neocolonialismo, permanece a característica essencial da dominação imperialista: a negação do processo histórico do povo dominado, por meio da usurpação violenta do processo de desenvolvimento

das forças produtivas nacionais.

Em suas próprias palavras:

No colonialismo como no neocolonialismo, permanece a característica essencial de dominação imperialista – a negação do processo histórico do povo dominado, por meio da usurpação violenta da liberdade do processo de desenvolvimento das forças produtivas nacionais. Essa constatação, que identifica, na sua essência, as duas formas aparentes da dominação imperialista, parece-nos ser de importância primordial para o pensamento e a ação dos movimentos de libertação nacional, tanto no decorrer da luta como após a conquista da independência. Como base no que foi dito, podemos afirmar que a libertação nacional é o fenômeno que consiste em que um conjunto socioeconômico rejeita a negação de seu processo histórico. Em outros termos, a libertação nacional de um povo é a reconquista da personalidade histórica desse povo, é o seu regresso à história, pela destruição da dominação imperialista a que esteve sujeito. O aspecto principal da luta de libertação nacional é a luta contra o que se convencionou chamar de neocolonialismo (CABRAL, 2008, p. 161).

Cabral insistiu na importância da libertação das mentes como integralização do processo de emancipação. O último território colonizado de um povo é a sua consciência porque enquanto ele não se liberta dos referenciais teóricos de seu colonizador, enquanto não se retiram todos os resquícios da razão colonial não emerge a sua própria razão oprimida.

CONCLUSÃO

Embora se saiba o quão perigoso é atribuir o sucesso de uma revolução a um indivíduo, no que diz respeito à luta armada na Guiné-Bissau, a literatura não hesita em atribuir o seu êxito à força, às ideias e a personalidade de Amílcar Cabral.

A trajetória de Cabral está associada a uma luta de libertação vitoriosa, a práticas de guerrilha inovadoras, a estruturas de governos participativos efetivas nas zonas libertadas e a uma relevante contribuição intelectual.

A obra de Cabral se inscreve no campo da filosofia política africana com forte influência da abordagem realista e materialista marxista com a fusão dialética da práxis e da teoria. A conjunção de categorias como realidade local e cultura na construção teórica para a luta de libertação ainda é um contributo fundamental de suas ideias.

Apesar de Cabral não ter apresentado uma teoria crítica de forma sistemática, o corpo analítico criado ao longo dos anos de luta, nos campos de batalha combateu o colonialismo, o capitalismo, o racismo e outras formas de dominação imperialista.

A teoria crítica cabralina contesta não somente o imperialismo global, mas o eurocentrismo, o universalismo das teorias europeias, mesmo as de esquerda. Em seus discursos e seminários Cabral enfatizava como os africanos e outros povos não europeus poderiam retornar às fontes de suas culturas e histórias e simultaneamente aprender a partir delas e contribuir para edificação de um conhecimento e luta política e cultural local e global.

Na verdade, no centro da sua teoria crítica estão uma crítica contundente da dominação e uma teoria de libertação como já proclamado

por vários pesquisadores de sua obra.

O significado histórico e político do pensamento de Cabral é de suma importância não somente para os africanos, mas, sobretudo, para a sua diáspora. A potência teórica de suas ideias, renova a aposta na dimensão contemporânea de sua estratégia de luta contra todas as formas de opressão.

Conquanto tenha enfatizado que cada realidade tem suas próprias perguntas e respostas, na dialética da práxis cultural cabralina se encontram referenciais teóricos de uma razão emancipatória que podem guiar nossa práxis para realidades contra-hegemônicas alternativas ao colonialismo e ao racismo que o Continente Africano e a Diáspora ainda estão sujeitados.

Maria do Carmo Rebouças dos Santos



Professora de Direito da Universidade Federal do Sul da Bahia. Credenciada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais da UFSB. Doutora em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional pelo Centro de Estudos Avançados e Multidisciplinares da Universidade de Brasília. Mestre em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional (CEAM/UnB).

Especialista em Estado, Governo e Políticas Públicas pelo Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília. Especialista em Direitos Humanos pela Universidade do Estado da Bahia/Ministério Público da Bahia. Bacharel em Direito pela Universidade Católica do Salvador. Advogada inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil Seção Bahia. Foi becária Romulo Gallegos e advogada especialista da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA em Washington, DC. Oficial de Programa e Consultora do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Diretora de Cooperação Internacional da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e assessora da Secretaria de Governo da Presidência da República. Pesquisadora do Núcleo de Estudos Afro Brasileiros da UFSB, colaboradora Associada do Centro de Estudos e Articulação da Cooperação Sul-Sul.

Pesquisadora Associada do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa da Guiné-Bissau vinculada ao Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais. É membra da Latin American Studies Association - LASA. Coordena o Projeto de Pesquisa Usos Emancipatórios do Direito da UFSB/CNPq. Na pesquisa e docência atua nos campos de Desenvolvimento, Direito Internacional dos Direitos Humanos, Direito Constitucional, Pluralismos Jurídicos, Política Internacional, Políticas Públicas, Cooperação Sul-Sul, Estudos de Desenvolvimento sobre Guiné-Bissau e Estudos Raciais, ministrando palestras e produzindo textos acadêmicos sobre os referidos temas. Autora do livro “Guiné-Bissau: da independência colonial à dependência da cooperação internacional para o desenvolvimento”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Mario. Biographical Notes. In: CABRAL, Amílcar. **Unity & Struggle**. Speeches and Writings. Second Edition. Pretoria: United Press, 2008.
- CABRAL, Amílcar. **Connecting the struggle**: an informal talk with Black Americans. In: Return to the source: selected speeches of Amílcar Cabral. London: Monthly Review Press, 1973.
- CABRAL, Amílcar. **Libertação Nacional e Cultura**. Siracuse University, 1970.
- CABRAL, Amílcar. **Unity & Struggle**. Speeches and Writings. Second Edition. Pretoria: United Press, 2008.
- DAVIDSON, Basil. Introduction. In: CABRAL, Amílcar. **Unity & Struggle**. Speeches and Writings. Second Edition. Pretoria: United Press, 2008.
- KOUDAWO, Fafali. **Cabo Verde e Guiné-Bissau**. Da democracia revolucionária à democracia liberal. INEP: Bissau, 2001.
- LOPES, Carlos. **Etnia, Estado e relações de poder na Guiné-Bissau**. Lisboa: Edições 70, 1982.
- MENDY, Peter Karibe. Amílcar Cabral e a libertação da Guiné-Bissau: contexto, desafios e lições para uma liderança africana efetiva. In: LOPES, Carlos (Org.). **Desafios contemporâneos da África**. O legado de Amílcar Cabral. São Paulo: Ed. UNESP, 2012.
- TOMÁS, António. O fazedor de utopias. Uma biografia de Amílcar Cabral. Cidade de Praia: Spleen Edições, 2008.
- RUDEBECK, Lars. Uma interpretação das teorias de Cabral sobre a democracia. In: LOPES, Carlos (Org.). **Desafios contemporâneos da África**. O legado de Amílcar Cabral. São Paulo: Ed. UNESP, 2012.
- SANTOS, Maria do Carmo Rebouças dos. Guiné-Bissau: da independência colonial à dependência da cooperação internacional para o desenvolvimento. Rio de Janeiro: Gramma, 2019.